



9º Encontro Internacional de Política Social
16º Encontro Nacional de Política Social
Tema: A Política Social na Crise Sanitária revelando Outras Crises
Vitória (ES, Brasil), 13 a 15 de junho de 2023

Eixo: Classe social, gênero, raça, etnia e diversidade sexual

Assistentes Sociais Trans: Condições Objetivas e Subjetivas

Neno Rosa¹

Resumo: Este artigo visa debater sobre as condições estruturais de acesso e permanência de profissionais trans assistentes sociais no mercado de trabalho formal e nos ambientes acadêmicos. Nesse sentido, utiliza-se de dados e pesquisas nacionais que salientam a importância do reforço a cidadania da população LGBTQIAP+ - em particular pessoas trans - bem como, tenciona a discussão do perfil profissional da categoria de Serviço Social, identificando negligências e violências mesmo após conquistas políticas importantes da profissão, materializadas em um projeto ético político e um código de ética amplamente direcionado ao rompimento de estigmas e preconceitos.

Palavras-chave: Assistentes sociais trans. Trabalho formal. Transvestigêneres.

Trans Social Workers: Objective and Subjective Conditions.

Abstract: This article aims to discuss the structural conditions of access and permanence of trans professional social workers in the formal labor market and in academic environments. In this sense, it uses national data and research that emphasize the importance of strengthening the citizenship of the LGBTQIAP+ population - in particular trans people - as well as intends to discuss the professional profile of the Social Work category, identifying negligence and violence even after achievements important policies of the profession, embodied in a political ethical project and a code of ethics largely aimed at breaking stigmas and prejudices.

Keywords: Trans social workers. Formal work. Transvestigêneres.

1. INTRODUÇÃO

Esse trabalho teve como objetivo expor o debate sobre a particularidade de Assistentes Sociais trans, evidenciando as condições subjetivas e objetivas, salientando a importância da cidadania de pessoas trans em espaços profissionais e acadêmicos. Para isso, dialoga sobre o conjunto das relações sociais, trazendo centralidade à discussão da responsabilidade individual e pública com a garantia de direitos para essa população, demonstrando a lacuna e negligência do Estado no atendimento às necessidades desse público; fato que permite e legitima, em vários sentidos, que o sistema de exclusão e preconceito seja acrescido e perpetuado por toda sociedade.

¹ Assistente Social graduado pela Universidade Federal Fluminense (UFF (RJ)), pesquisador CNPq mestrando em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica (PUC (SP)). E-mail: nenorosaaraujo@gmail.com

No primeiro momento do texto, articula-se o contexto histórico da condição da saúde mental de pessoas transvestigêneres², perpassando pela exclusão ao mercado de trabalho formal e à direitos básicos universais. Dialoga brevemente sobre a importância do Serviço Social na garantia de direitos a essa população, bem como, dos documentos, cartilhas e orientações direcionadas à garantia de direitos de pessoas trans.

Nesse sentido, ao dialogar diretamente com o Serviço Social, conclui-se que existe a necessidade de maior incisão do debate de gênero tanto na formação acadêmica quanto na prática profissional. E em outro ponto, a necessidade de rompermos os limites da discussão das problemáticas, e incluirmos estratégias práticas no cotidiano institucional para a possibilidade de contribuir com a inserção de pessoas trans nos diversos espaços da vida social.

Na segunda parte do trabalho, objetiva-se demonstrar a contradição dos discursos de inclusão dentro da categoria, os quais, frequentemente reduzem o debate em preconceitos e/ou rebaixados negativamente à questões identitárias. Deste modo, evidencia a urgência de pessoas trans como sujeitos, rompendo com a concepção de objeto de estudo.

Por fim, propõe para a categoria profissional estratégias direcionadas a universalidade e o compromisso com o atendimento e garantias de direitos sociais para essa população.

2. DESENVOLVIMENTO

A população LGBTQIAP+, é referência em cultura, arte, criatividade, inovação, tecnologia, trazendo inúmeras e infinitas contribuições historicamente para a sociedade. Todavia, o preconceito, a exclusão, o desemprego, a violência e a estigmatização, são condicionantes da vida social dessas pessoas. Como consequência desse condicionamento, a saúde mental da população LGBTQIAP+ sofre um crescimento abrupto de adoecimento psíquico e condições de vulnerabilidade. A pesquisa realizada pela organização VoteLGBT³, demonstrou que em 2021, 54,92% das pessoas

² Com o intuito de abarcar as diversas expressões de gênero, é utilizado o termo transvestigênera, criado pela ativista Indianare Siqueira, que une o significado das palavras travesti, transexual e transgênero.

³ O #VoteLGBT é uma organização que, desde 2014, busca aumentar a representatividade de pessoas LGBTQ+ em todos os espaços, principalmente na política. A entidade entende que só existe democracia

foram classificadas com o risco de depressão no nível mais grave (depressão maior), quase 8% a mais que na pesquisa de 2020 (47%). De acordo com a mesma pesquisa, 4 em cada 10 pessoas LGBTQ+ (41,53%) vivem em domicílios com insegurança alimentar. Quando falamos em pessoas trans, esse número sobe para mais da metade delas, chegando a 56,82% (VOTELGBT, 2022).

Esse grande número de pessoas adoecidas advém de condições concretas da vida social. A precariedade e o preconceito na inserção ao mercado de trabalho, como a falta de emprego formal para essa população e o constante medo de morrer⁴, são uma das principais causas de adoecimento.

Diante disso, o processo de inserção ao mercado de trabalho para a população trans é limitado. Diversas situações de violência são relatadas em todas as dimensões dessa inserção, com complexidades ainda maiores para mulheres trans e travestis racializadas e pobres. Essas dificuldades são estritamente ligadas à exclusão de cidadania, efetivadas pelo não acesso aos serviços públicos e aos direitos sociais, enfrentando um Estado e uma sociedade extremamente estigmatizada e preconceituosa⁵.

Ao focarmos na população transgênera, não dá para evitar o tema da empregabilidade. Ele está imbricado na expressão da transfobia enquanto manutenção da condição marginalizada das pessoas trans, em especial as travestis e mulheres trans, as quais, historicamente, estão fadadas ao trabalho informal, particularmente a prostituição. Ao contrário do que pensam algumas pessoas, falar de trans é falar de trabalho. Falar de travesti é falar de trabalho. Muito trabalho. Pessoas trans sempre trabalharam, e muito. Mas qual trabalho? O informal. O precarizado. Aquele que se enquadra nas categorias mais estereotipadas, voltadas à exploração do nosso corpo como instrumento de trabalho. Nós como mercadoria. (VASCONCELOS, 2018).

Essa dimensão histórica de condição de trabalho, foi acrescida diante a lacuna do Estado na criação de políticas públicas comprometidas com o atendimento aos cidadãos trans; bem como, com o contexto atual de uma ordem mundial neoliberal, em que as políticas públicas em geral estão direcionadas ao crescimento exponencial da precarização e do lucro, focalizadas no fortalecimento do capital em detrimento do social. Além disso, as conquistas super recentes de direitos básicos vêm sendo abruptamente

quando há diversidade, por isso enxerga a representatividade de forma interseccional às questões de gênero e raça. Saiba mais pelo site <https://votelgbt.org/>

⁴ A média de vida de pessoas trans no Brasil é de 35 anos. Enquanto a média geral da população é de 76,8 anos (IBGE, 2021).

⁵ Importante salientar que apenas em 2019 a Organização Mundial da Saúde deixou de considerar a transexualidade uma doença.

destruídas pelo caráter de Estado mínimo assumido mais incisivamente nos últimos quatro anos do atual governante federal. Somado a isso, o crescente movimento ultraconservador que está ganhando força no país⁶, tem contribuído cada vez mais com a legitimação e perpetuação de preconceitos, estereótipos e estigmas diante a população trans.

Esses fatos corroboram diretamente nas circunstâncias de inserção e exclusão ao mercado de trabalho. No ano de 2021, a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (Antra), divulgou dados de uma pesquisa em que mostra que 4% do público LGBTQIA+ estava ocupando vagas no mercado formal, e 20% da população transexual estava fora do mercado de trabalho (ANTRA apud REZENDE, 2022).

A falta de capacitação da equipe profissional, o não respeito e não conhecimento sobre a utilização do nome social, a descartabilidade, o não reconhecimento intelectual, e diversos outros fatores, são elucidados na pesquisa citada, em que 88% das pessoas acreditam que as empresas não estão prontas para a contratação de profissionais trans (ANTRA apud REZENDE, 2022). Neste sentido, “o Estado brasileiro precisa se responsabilizar pela ausência de políticas públicas que garantam trabalho formal para a população trans”⁷ (VASCONCELOS, 2018).

Como observado, o universo da Transexualidade é vincado por preconceitos e intolerâncias sendo atravessado por inúmeras controvérsias. Os processos de segregação e precarização são agravados pela escassez de políticas públicas que enfrentem o estigma e o preconceito e contemplem as necessidades sociais elementares deste segmento populacional, bem como pela ineficácia das raras ações estatais voltadas para o atendimento de suas demandas. (TENENBLAT, 2018)

Neste contexto, cabe ressaltar o papel do Serviço Social na garantia de direitos para esse público. A profissão, circunscrita na divisão sociotécnica do trabalho, compreendida no processo de produção e reprodução das relações sociais capitalistas, enquanto especialização do trabalho coletivo (IAMAMOTO & CARVALHO, 2014 apud MARINHO, 2017), “participa de um mesmo movimento que

⁶ Em 2020, os assassinatos de pessoas trans aumentaram 41%. Relatório da Antra mostra que 175 mulheres trans foram assassinadas ano passado; 78% das vítimas fatais eram negras. O índice do ano passado está 43,5% acima da média de assassinatos em números absolutos desde 2008, quando o monitoramento foi iniciado. Houve um aumento de 201% dos crimes nesse período. (SUDRÉ, 2021)

⁷ Pouquíssimas são as iniciativas existentes, tirando as protagonizadas pelas próprias pessoas trans, como as plataformas TransEmpregos e TransServiços, ou programas governamentais, como o Trans + Respeito (antigo Projeto Damas), da Prefeitura do Rio de Janeiro, e o excelente TransCidadania, da Prefeitura de São Paulo, o mais abrangente e com maior impacto em termos quantitativos e qualitativos (VASCONCELOS, 2018).

tanto permite a continuidade da sociedade de classes quanto cria as possibilidades de sua transformação” (IAMAMOTO, 2006, p.171 apud CRUZ, 2018).

Como a sociedade na qual se inscreve o exercício profissional é atravessada por projetos sociais distintos - projeto de classes para a sociedade – tem-se um terreno sócio histórico aberto à construção de projetos profissionais também diversos, indissociáveis dos projetos mais amplos para a sociedade. É essa presença de forças sociais e políticas reais – que não são mera ilusão -, que permite à categoria profissional estabelecer estratégias político-profissionais no sentido de reforçar interesses das classes subalternas, alvo prioritário das ações profissionais. Sendo a profissão atravessada por relações de poder, ela dispõe de um caráter essencialmente político, o que não decorre apenas das intenções pessoais do assistente social, mas dos condicionantes histórico-sociais dos contextos em que se insere e atua. (Idem, 2018).

As conquistas históricas do Serviço Social brasileiro, vem reafirmando seu compromisso com a garantia de direitos e a universalização do acesso. A construção do Movimento de Reconceituação, bem como, o Projeto Ético Político, e os princípios éticos universalistas e emancipadores redigidos no Código de Ética de 1993, tem consolidado - mesmo que ainda em constante disputa - direcionamento para uma prática profissional crítica que contribui com a superação tanto da dimensão fatalista quanto da messiânica da profissão (IAMAMOTO, 2004). A partir dessa apreensão totalizante da vida social, a profissão abriu espaço para dialogar sobre as diversas expressões da questão social na sociedade capitalista, se debruçando então, pelas questões de gênero e sexualidade, como também de raça e etnia.

Nas últimas décadas, o Serviço Social brasileiro vem afirmando, do ponto de político e em consonância com os já mencionados princípios éticos, seu indissociável compromisso com a diversidade humana como valor emancipatório. Em outras palavras, há um inequívoco posicionamento da profissão em favor da livre expressão de gênero e do respeito à autodeterminação da identidade dos indivíduos. (TENENBLAT, 2018)

Assim, o Serviço Social possui “uma questão de consciência ética e política cuja ampliação requer estratégias da categoria profissional, no sentido de mobilização, de incentivo à participação, à capacitação, de ampliação do debate e de acesso à informação” (BARROCO, 2009, p. 14 apud LEMOS; PEREIRA, 2021).

2.1 Assistentes sociais transvestigêneres: condições objetivas e subjetivas

A inserção de profissionais transvestigêneres no Serviço Social tem crescido lentamente. Alguns pontos explicitam essa demora, como a pouca inserção de pessoas trans no Ensino Superior no Brasil⁸ e a fragilidade da capacitação da categoria para lidar com esses profissionais. Neste sentido, a academia tem forte influência sobre essa lacuna, uma vez que até hoje, ainda é um espaço extremamente exclusivo, conservador, elitista, transfóbico e racista, e mesmo diante grandes avanços, “as questões do acesso e permanência estão sedimentadas sob um quadro profundamente desigual da sociedade brasileira, pois desde o seu surgimento tardio, a universidade privilegia a formação das elites sociais” (ALMEIDA; LACERDA, 2021).

Os dados da Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) Graduandos (as) das IFES, realizada pela Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (2018), demonstrou que apenas 0,02% de alunos do ensino superior no país eram declaradamente trans⁹. O número representa menos de um a cada cem estudantes (GLIER, et. al., 2022). Neste sentido, a recente pesquisa divulgada¹⁰ pelo Conselho Federal de Serviço Social (2022), demonstrou que apenas 0,10% de profissionais Assistentes Sociais se identificam como trans.

⁸ Segundo a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (2002), devido ao processo de exclusão familiar, social e escolar [...] estima-se que 13 anos de idade seja a média em que travestis e mulheres transexuais sejam expulsas de casa pelos pais (ANTRA, 2017) - e que cerca de 0,02% estão na universidade, 72% não possuem o ensino médio e 56% o ensino fundamental (Dados do Projeto Além do Arco-íris/Afro Reggae). Essa situação se deve muito ao processo de exclusão escolar, gerando uma maior dificuldade de inserção no mercado formal de trabalho e deficiência na qualificação profissional causada pela exclusão social. (BENEVIDES E NOGUEIRA, 2021 apud ANTRA, 2022)

⁹ A cidade de São Paulo chama atenção pelos índices diferenciados em relação à realidade nacional. A pesquisa “1o Mapeamento de pessoas Trans na cidade de São Paulo” demonstrou por exemplo que “em relação à identidade de gênero, observa-se que as categorias homens trans e de pessoas não binárias possuem maiores índices de conclusão do ensino médio (64% e 68% respectivamente) que as mulheres trans (48%) e travestis (39%)”; e em relação ao ensino superior completo, o mesmo cenário se repete: homens trans e pessoas não binárias apresentaram índices de conclusão do ensino superior de 18% e 21% respectivamente, enquanto travestis tiveram 7% e mulheres trans 9%.” Notou-se ainda que “as pessoas não binárias são aquelas que apresentam o índice mais elevado de formação técnica ou específica, o que representa dez pontos percentuais acima dos homens trans (49%). Dentre as mulheres trans, a posse de formação profissional atinge 42% e, dentre as travestis, 36%”. (ANTRA, 2022)

¹⁰ Importante salientar que esta pesquisa facultativa foi uma amostra realizada com 9.816 profissionais que estavam na condição de cadastramento (CFESS, 2022).

O abismo que se coloca entre as pessoas trans e os centros universitários relaciona-se com as múltiplas violências inscritas nas suas trajetórias escolares, familiares, pessoais e profissionais. Faz-se necessário teorizarmos para além do ingresso nos portões da universidade, já que diz respeito a um percurso formativo que envolve distintos fatores e que geralmente passam despercebidas pelas pessoas cisgênero. Por isso a necessidade de lançarmos o olhar para as outras esferas da vida social, a imersão no trabalho, os vínculos familiares, o cumprimento da educação formal, as questões identitárias, a mobilização social, além da intersecção com a classe social, o gênero e raça/etnia.(ALMEIDA; LACERDA, 2021)

Apesar do esforço teórico da categoria de expressar seu posicionamento universalista e atento às questões de gênero; documentos, cartilhas e resoluções, não têm sido suficientes para assegurar a permanência e a inserção de profissionais trans nos espaços sócio ocupacionais, como também, nos espaços de formação acadêmica. Na maioria das vezes o cotidiano da prática profissional não abarca o avanço teórico crítico da profissão.

De todo modo, as violências transfóbicas são vislumbradas como casos esporádicos e pontuais e não como um fenômeno alicerçado institucionalmente, ao passo que se atomizam as práticas de subjugação social. A omissão das instituições indica a própria dificuldade em endossar o debate sobre gênero e sexualidade na arena pública, ao se negar a incorporar o conjunto de saberes e conhecimentos que a própria universidade produz. (ALMEIDA; LACERDA, 2021).

Na particularidade do Serviço Social existe uma agenda de debates sobre gênero e sexualidade, todavia, na maioria das vezes, está direcionado ao público atendido, não abarcando discussões diretamente relacionadas a assistentes sociais transvestigêneres.

No Brasil, o Serviço Social foi a primeira profissão a legitimar e permitir a utilização de nome social¹¹ no registro profissional. Além disso, por possuir um projeto político disruptivo e comprometido com a equidade e universalidade, permite uma visualização crítica da sociedade que até hoje se diferencia das demais. Esse contexto, se torna favorável para inserção de um corpo estudantil e profissional diverso, trazendo uma subjetiva noção de segurança e compreensão. Contudo, ainda há muita resistência da

¹¹Resolução CFESS nº 615/2011, que “dispõe sobre a inclusão e uso do nome social da assistente social travesti e do(a) assistente social transexual nos documentos de identidade profissional”. Além disso, uma das primeiras portarias que autorizou o uso do nome social foi a de número 1.820, de 13 de agosto de 2009, publicada pelo Ministério da Saúde, garantindo aos usuários o direito ao uso do nome social. Em seu artigo 4º, a portaria garante identificação pelo nome e sobrenome civil, devendo existir em todo documento do usuário e usuária um campo para se registrar o nome social, independente do registro civil, sendo assegurado o uso do nome de preferência, não podendo ser identificado por número, nome ou código da doença ou outras formas desrespeitosas ou preconceituosas. Na Portaria nº 233, de 18 de maio de 2010, o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão assegurou aos servidores públicos federais o uso do nome social. (CRUZ, 2018)

categoria que se fundamentam em duas perspectivas principais: preconceito/estigmatização ou a atribuição reducionista e limitada de "identitarismo"¹².

Nesse contexto, deve ser destacado o esforço de parte considerável da categoria no desenvolvimento de ações de cunho socioeducativo na prestação de serviços sociais, de forma a viabilizar o acesso daqueles(as) socialmente excluídos(as) tanto aos direitos quanto aos meios de exercê-los. Tal esforço, sem dúvida, contribui para que as necessidades e interesses das minorias adquiram visibilidade na cena pública e possam, de fato, ser reconhecidos. [...]

Esta tomada de posição não significa, contudo, que toda a categoria dos(as) assistentes sociais posicione-se de forma semelhante, especialmente quando confrontada com travestis e transexuais em seu cotidiano profissional. Com efeito, não obstante os múltiplos avanços na forma de o Serviço Social intervir junto às demandas deste segmento populacional, a assimilação pela profissão de um conceito de cidadania que integre a noção de diversidade de gênero ainda está longe de ser alcançada. (TENENBLAT, 2018).

A solidão profissional e estudantil de pessoas trans é uma realidade. Ainda é incomum encontrar duas pessoas transvestigêneres em um mesmo espaço educacional ou inseridas em empregos formais. Essa carência de referências, remete ao sentimento de não pertencimento desses espaços, o que muitas vezes faz com que essas pessoas evadam, adoçam e não tenham acolhimento.

As questões imperativas das condições de trabalho de assistentes sociais no Brasil já são por si só, adocedoras. Porém, para profissionais trans essas condições conjunturais são somadas à estigmatização, preconceito e solidão no ambiente de trabalho. Nesse sentido, uma das características específicas diante dessa relação, é a contradição entre o direcionamento ético-político da profissão e o fazer prático. Mesmo o Serviço Social sendo pioneiro na inclusão do nome social, como também, na construção de um direcionamento teórico-prático crítico e comprometido com a ruptura das formas de exploração e preconceitos sociais; ainda reforça e reconstrói o apagamento desses profissionais, em que muitas vezes a transfobia é tida como questão particular/identitária, ou reduzida à marginalização vivida por essa população.

O acervo teórico-metodológico das ciências sociais e humanas, particularmente aquele legado pela teoria social crítica, é um pressuposto para desvelar a realidade social. Porém, a apropriação deste acervo, no campo das ciências sociais aplicadas, como o serviço social, deve estar em permanente articulação com as expressões concretas da realidade, de modo a potencializar a elaboração de propostas de trabalho compatíveis com a existência real dos sujeitos. As desigualdades sociais, condensadas na questão social, são vividas por um contingente majoritário de trabalhadores, desprovidos da propriedade dos meios de produção, mas providos de condições específicas e diferenciadas de raça, classe e gênero. (SILVA, 2017, p. 78)

¹²Existem diversas concepções sobre o conceito de identitarismo, aqui escolho demonstrar que esse termo é usado negativamente para reduzir o debate a uma questão puramente pessoal, a-histórica e apartada das relações sociais.

Desta forma, quando apreendemos as questões sociais de forma crítica e dialética, estamos também sobre um movimento de responsabilização social, no qual, precisamos nos responsabilizar sobre a mudança das nossas práticas cotidianas e institucionais, adentrando nas complexas ramificações eugenistas, racistas, transfóbicas. Somente sinalizar o problema não tem se mostrado eficiente para uma modificação estrutural desses paradigmas. Cabe sinalizar, que profissionais que se articulam a partir da visualização materialista dialética da vida social, não se colocam no debate sobre gênero, não buscam interlocuções com autores trans, não contratam, muitas vezes sequer se questionam quantas pessoas trans estão em seu meio social.

Com isso, são professores, gestores, coordenadores, assistentes sociais que estão contribuindo diretamente com a exclusão e o adoecimento dessa população, uma vez que, mesmo com acesso à informação e conhecimento, escolhem não contratar, não referenciar, não se aprofundar, não legitimar a urgência do debate, e minimizar as complexidades dessas pessoas.

O Serviço Social com todo seu arcabouço histórico e metodológico, ainda está inserido em uma sociabilidade capitalista que se funda na desigualdade, exploração e preconceito; e por isso (e não só) possui muitos desafios na inserção de pessoas trans em sua categoria. Diante de todas as contradições, ainda é uma das poucas profissões que debatem incisivamente sobre essas questões, permitindo uma ampliação (mesmo que limitada) de perfis profissionais que não são “tradicionais” ou normativos, sendo mais um campo de disputa de cidadania de pessoas trans.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse caminho de contradições percorrido ao longo do texto, podemos concluir que o direcionamento crítico da profissão de Serviço Social está em constante interlocução com a dimensão teórico-prática. Todavia, há um limite prático objetivo e subjetivo resultante dessa exclusão. A inserção de pessoas trans ainda é inexpressiva, mas demonstra uma mudança no perfil da categoria, trazendo ao debate a necessidade de contínua construção de estratégias para a inserção, ampliação e permanência dessa população nos diversos espaços sociais. A historicidade do significado social da profissão, foi e é extremamente importante nessa construção e na garantia de direitos sociais para pessoas trans, com aparatos constitucionais da profissão que permitem

articulação, estruturação e respaldo de seus exercícios no cotidiano das instituições às quais estão inseridos.

O direcionamento que a profissão vem construindo em torno do debate de gênero e sexualidade tem relevância para todo o conjunto da sociedade. Os Conselhos Regionais e Federais são exemplos de comprometimento com essa população, materializado em cartilhas, regulamentações, orientações etc., expondo problemáticas e as estratégias.

A partir dos números apontados ao decorrer do trabalho, fica evidente a necessidade de expansão dessas estratégias, que precisam estar articuladas com os sujeitos da vida social, nesse caso, pessoas trans. Evidenciar o problema é parte de um processo de construção de uma responsabilização social sob o fato exposto, o qual, precisa ser pautado por sujeitos e não mais por objetos de estudo, tirando-os do local exclusivo do debate da marginalização, e apreendendo diálogos amplos e centrais sobre o cotidiano. E neste sentido, há a urgência não só da problematização, mas também da legitimação intelectual dessas pessoas, como pesquisadores científicos, como professores, assistentes sociais, e tantas outras profissões.

Assim, o diálogo com movimentos sociais, a apreensão teórico metodológica crítica, adensamento de matérias obrigatórias que discutam raça, gênero e sexualidade no currículo acadêmico da profissão, contratação de professores trans, o trabalho interdisciplinar e intersetorial e a constante capacitação profissional, se tornam importantes mobilizações para garantia de direitos e prevenção de situações de violência e exclusão. Outras estratégias nacionais também são exemplos, como a inclusão de cotas para pessoas trans nas instituições de ensino e trabalho, o aprimoramento de programas e sistemas dos equipamentos para a desburocratização da utilização do nome social, a implementação de banheiros unissex e/ou individuais e diversas outras.

Por fim, precisamos estar atentos para que o direcionamento e objetivo universalista não fique recluso ao discurso, mas que efetive a prática.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Guilherme; LACERDA, Milena Carlos de. **Exclusão “da” e “na” educação superior: os desafios de acesso e permanência para a população trans.** In: Rev. EM PAUTA, n. 47, v. 19, p. 232 - 247, Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/view/56087/36724> Acesso em 13 nov. 2022.
- ANDIFES, Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior. **V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) Graduandos (as) das IFES.** Brasília, 2019. Disponível em: <https://www.andifes.org.br/?p=79639> Acesso em 16 nov. 2022.
- ANTRA, Associação Nacional de Travestis e Transexuais. **Dossiê assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2021.** Org. Bruna G. Benevides, Brasília, 2022. Disponível em: <https://antrabrasil.files.wordpress.com/2022/01/dossieantra2022-web.pdf> Acesso em 17 nov. 2022.
- CFESS, Conselho Federal de Serviço Social. **Perfil de Assistentes Sociais no Brasil: formação, condições de trabalho e exercício profissional.** Brasília, 2022. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/2022Cfess-PerfilAssistentesSociais-Ebook.pdf> Acesso em 01 nov. 2022.
- CRESS, Conselho Regional de Serviço Social. **Nome Social é direito das/os assistentes sociais trans!.** Rio de Janeiro, mar. 2022. Disponível em: <https://www.cressrj.org.br/noticias/nome-social-e-direito-das-os-assistentes-sociais-trans/> Acesso em jul. 2022.
- CRUZ, Janaina. **Transexualidade e Direitos das pessoas trans: o que pensam os alunos de Serviço Social da Universidade Federal de Sergipe.** UFS, Sergipe, 2018. Disponível em: https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/10574/2/Janaina_Cruz.pdf Acesso em 13 nov. 2022.
- GLIER, Douglas et. al. **O apagão de dados das pessoas trans no ensino superior.** In: Rev. Extra Classe, Porto Alegre, 2021. Disponível em: <https://www.extraclasse.org.br/geral/2022/04/o-apagao-de-dados-das-pessoas-trans-no-ensino-superior/> Acesso em 15 nov. 2022.
- IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional.** 7ª. ed. São Paulo: Cortez, 2004.
- LEMOS, Silse Teixeira de Freitas; PEREIRA, Bárbara Cristina Silva. **O trabalho do/a assistente social no atendimento à população transgênero e travesti.** In: Rev. Serv. Soc. Soc., ed. 142, s/l, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/zKFSBsXcX9XrFDKMR53ccHv/#> Acesso em 16 nov. 2022.

MARINHO, Silvana. **Serviço Social e População Trans: um debate sobre questão social e suas expressões na cena contemporânea.** In: Rev. Serviço Social em Perspectiva, Montes Claros, v.1, n.1, jan/jun-2017. Disponível em: <https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/sesoperspectiva/article/view/799/3999> Acesso em 15 nov. 2022.

REZENDE, Jáder. **Mercado de trabalho ainda discrimina pessoas trans.** In: Correio Braziliense, Brasília, 2022. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/euestudante/trabalho-e-formacao/2022/07/5020186-mercado-de-trabalho-ainda-discrimina-pessoas-trans.html> Acesso em 13 nov. 2022.

SILVA, Ana Paula Procopio. **O contrário de “casa grande” não é senzala. é Quilombo! A categoria práxis negra no pensamento social de Clóvis Moura.** UFRJ, p. 78-100, Rio de Janeiro, 2017.

SUDRÉ, Lu. **Assassinato de pessoas trans aumentam 41% em 2020.** In: Brasil de Fato, São Paulo, jan. 2021. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2021/01/29/assassinatos-de-pessoas-trans-aumentaram-41-em-2020> Acesso em 16 nov. 2022.

TENENBLAT, Mamby Jane Trindade. **Serviço Social e Transexualidade: uma análise das ações de requalificação civil de pessoas transexuais no estado do Rio de Janeiro.** In: ENPESSE XVI, Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <file:///C:/Users/heloh/Downloads/ekeys,+SERVI%C3%87O+SOCIAL+E+TRANSEXUALIDADE+UMA+AN%C3%81LISE+DAS+A%C3%87%C3%95ES+DE+REQUALIFICA%C3%87%C3%83O+CIVIL+DE+PESSOAS+TRANSEXUAIS+NO+ESTAD O+DO+RIO+DE+J.pdf> Acesso em 15 nov. 2022.

VASCONCELOS, Paloma. **Transresistência: Histórias de pessoas trans no mercado formal de trabalho.** São Paulo: Editora Casa Flutuante, 2018. Disponível em: <https://docplayer.com.br/188178299-Paloma-vasconcelos-transresistencia-historias-de-pessoas-trans-no-mercado-formal-de-trabalho-livro-reportagem-selecionado.html> Acesso em 16 nov. 2022.

VOTELGBT. **Desafios da comunidade LGBTQ+ no contexto de continuidade do isolamento social em enfrentamento à pandemia de Coronavírus.** In: Diagnóstico LGBTQ, s/l, 2021. Disponível em: <https://static1.squarespace.com/static/5b310b91af2096e89a5bc1f5/t/60db6a3e00bb0444cdf6e8b4/1624992334484/%5Bvote%2Blgbt%2B%2B%2Bbox1824%5D%2Bdiagnos%CC%81stico%2BLGBT%2B2021+b+%281%29.pdf> Acesso em 17 nov. 2022.